

EXAUSTÃO E DESVALORIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE PÓS-PANDEMIA

EXHAUSTION AND DEVALUATION: REFLECTIONS ON POST-PANDEMIC TEACHER DISTRESS

AGOTAMIENTO Y DESVALORIZACIÓN: REFLEXIONES SOBRE EL MALESTAR DOCENTE EN LA POSPANDEMIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-319>

Data de submissão: 21/10/2025

Data de publicação: 21/11/2025

Fabrícia Nunes de Jesus

Doutora em Educação Matemática

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

E-mail: fabricia.jesus@uemg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291025103333454>

André Costa da Silva

Doutorando em Psicologia

Instituição: (UNIP)

E-mail: andre.silva522@docente.unip.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7930236774719287>

Vanessa Aparecida da Silva Cruz

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: wanessa_25silva@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9234263368106311>

Paulo Cesar Gastaldo Claro

Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Instituição: Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: gastaldo@unir.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6594485441599232>

Magda Regina Dias Farias

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

E-mail: magdadfarias@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2172793801455970>

Janaina Santana da Costa

Pós-Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

E-mail: janaina.costaa@uft.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8513785193151221>

Erasmo Baltazar Valadão

Pós-Doutor em Educação

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: erasmovaladao@mail.uff.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635832123456273>

Jamile Gonçalves Calissi

Doutora em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos

Instituição: Faculdade de Direito de Bauru (CEUB-ITE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5100816232667133>

Rosimeria Maria Braga de Carvalho

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Lusófona - Lisboa, Portugal

E-mail: rosedecarvalho522@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0381192491773371>

William Conceição

Mestrando em Sistemas de Informação

Instituição: Universidade de São Paulo (USP/EACH)

E-mail: willtotal1990@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0392277564514375>

RESUMO

O presente artigo discute o agravamento do adoecimento docente no período pós-pandemia, articulando os eixos da exaustão física e emocional, da intensificação do trabalho e da persistente desvalorização profissional. Parte-se da hipótese de que a crise sanitária não inaugurou o sofrimento docente, mas aprofundou processos já presentes na educação brasileira, como a sobrecarga burocrática, a expansão das demandas socioemocionais e a responsabilização individual pelos resultados escolares. Para sustentar essa análise, o estudo integra dados recentes do Censo Escolar, da PNAD Contínua, dos relatórios TALIS/OCDE e dos documentos da UNESCO sobre condições de trabalho e saúde mental de professores no cenário global. A abordagem combina revisão bibliográfica e análise de indicadores quantitativos referentes a rotatividade, múltiplos vínculos, jornadas ampliadas, afastamentos médicos e intenção de abandono da profissão. O objetivo é evidenciar como a retomada presencial revelou um cenário marcado por *burnout*, sentimento de inadequação, autocobrança extrema e fragilidade institucional nos processos de acolhimento e cuidado. Ao relacionar o cotidiano escolar às tendências internacionais, o artigo demonstra que o adoecimento pós-pandemia não é um fenômeno isolado, mas expressão de um modelo de gestão educacional baseado em performatividade, aceleração e escassa valorização material e simbólica. Conclui-se que enfrentar a exaustão docente exige políticas públicas robustas, formação continuada sensível à saúde mental e a reconstrução de culturas escolares que fortaleçam o trabalho coletivo.

Palavras-chave: Adoecimento Docente. Exaustão Profissional. Pós-Pandemia. Saúde Mental na Educação.

ABSTRACT

This article discusses the worsening of teacher illness in the post-pandemic period, articulating the axes of physical and emotional exhaustion, work intensification, and persistent professional devaluation. It starts from the hypothesis that the health crisis did not inaugurate teacher suffering, but

rather deepened processes already present in Brazilian education, such as bureaucratic overload, the expansion of socio-emotional demands, and the individualization of responsibility for school performance. To support this analysis, the study incorporates recent data from the School Census, the Continuous PNAD, the TALIS/OECD reports, and UNESCO documents on teachers' working conditions and mental health in the global context. The approach combines a literature review and the analysis of quantitative indicators related to turnover, multiple employment ties, extended working hours, medical leaves, and the intention to leave the profession. The objective is to show how the return to in-person activities revealed a scenario marked by burnout, feelings of inadequacy, extreme self-demand, and institutional fragility in processes of support and care. By relating school daily life to international trends, the article demonstrates that post-pandemic teacher illness is not an isolated phenomenon, but an expression of an educational management model based on performativity, acceleration, and limited material and symbolic recognition. It concludes that confronting teacher exhaustion requires robust public policies, ongoing training attentive to mental health, and the reconstruction of school cultures that strengthen collective work.

Keywords: Teacher Illness. Professional Exhaustion. Post-Pandemic. Mental Health in Education.

RESUMEN

El presente artículo analiza el agravamiento del sufrimiento y del adoecimiento docente en el período pospandemia, articulando los ejes del agotamiento físico y emocional, la intensificación del trabajo y la persistente desvalorización profesional. Se parte de la hipótesis de que la crisis sanitaria no inauguró el sufrimiento docente, sino que profundizó procesos ya presentes en la educación brasileña, como la sobrecarga burocrática, la ampliación de las demandas socioemocionales y la responsabilización individual por los resultados escolares. Para sostener este análisis, el estudio integra datos recientes del Censo Escolar, de la PNAD Continua, de los informes TALIS/OCDE y de documentos de la UNESCO sobre condiciones de trabajo y salud mental de los docentes en el escenario global. El enfoque combina revisión bibliográfica y análisis de indicadores cuantitativos relativos a rotación, múltiples vínculos laborales, jornadas ampliadas, licencias médicas e intención de abandono de la profesión. El objetivo es evidenciar cómo la vuelta a la presencialidad reveló un escenario marcado por burnout, sensación de inadecuación, autocobranza extrema y fragilidad institucional en los procesos de acogida y cuidado. Al relacionar el cotidiano escolar con las tendencias internacionales, el artículo demuestra que el adoecimiento docente pospandemia no es un fenómeno aislado, sino la expresión de un modelo de gestión educativa basado en la performatividad, la aceleración y la escasa valorización material y simbólica. Se concluye que enfrentar el agotamiento docente exige políticas públicas sólidas, formación continua sensible a la salud mental y la reconstrucción de culturas escolares que fortalezcan el trabajo colectivo.

Palabras clave: Adoecimiento Docente. Agotamiento Profesional. Pospandemia. Salud Mental en la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 intensificou um processo já em curso de desgaste emocional, exaustão e desvalorização do trabalho docente no Brasil e no mundo. A súbita migração para o ensino remoto, as incertezas sanitárias, a falta de infraestrutura tecnológica e o aumento das demandas administrativas produziram um cenário de amplificação do estresse profissional, ao mesmo tempo em que aprofundaram desigualdades educacionais historicamente constituídas. Estudos recentes indicam que grande parte dos professores vivenciou sentimentos de sobrecarga, insegurança e perda de sentido do trabalho, elementos que se tornaram centrais para compreender o adoecimento docente no pós-pandemia.

Dados recentes do Censo Escolar (INEP) evidenciam a precarização das condições de trabalho docente na educação básica brasileira. Em 2022, havia cerca de 2,3 milhões de professores em exercício, dos quais aproximadamente 60% atuavam no ensino fundamental. A média de carga horária semanal gira em torno de 30 horas, podendo chegar a 40 horas na rede federal. Cerca de 460 mil docentes lecionam em duas ou mais escolas, o que aponta para jornadas exaustivas. Em termos contratuais, 51,6% dos professores da rede estadual possuem vínculo temporário, índice que se mantém elevado nas redes municipais (35%). Essas condições têm impactado negativamente a saúde do corpo docente. Em 2023, mais de 150 mil afastamentos por transtornos mentais foram registrados entre professores da rede pública. Além disso, uma pesquisa nacional apontou que 21,5% dos docentes avaliam sua saúde mental como “ruim” ou “muito ruim”, com sintomas frequentes de ansiedade, exaustão e distúrbios do sono.

Relatórios internacionais reforçam que a crise educacional não se restringiu às perdas de aprendizagem: atingiu diretamente a saúde mental dos educadores. A CEPAL (2021) mostra que a recuperação econômica e social na América Latina foi marcada por contradições, agravando condições de trabalho e ampliando fragilidades estruturais da educação pública. Do mesmo modo, a OCDE (2025) destaca que o quadro pós-pandêmico trouxe um acúmulo de demandas sem precedentes para os sistemas escolares, aumentando a complexidade da docência e a pressão cotidiana sobre os profissionais.

Nesse contexto, compreender o adoecimento docente implica analisar não apenas a dimensão subjetiva do sofrimento, mas também os determinantes institucionais e políticos que moldam o cotidiano escolar. A literatura aponta que tais processos estão diretamente relacionados à intensificação do trabalho, ao aumento de tarefas burocráticas, à responsabilização individualizada pelos resultados educacionais e à crescente platformização das práticas pedagógicas (GENERALI, 2022; KEGLER;

LUZ; POZOBON, 2021). A pandemia apenas expôs, em escala ampliada, um quadro já consolidado de precarização.

Esse cenário é aprofundado por análises que tratam do desamparo social e das formas de vulnerabilização produzidas pelas instituições contemporâneas. Como afirma Safatle (2016, p. 89):

A organização social vigente produz sujeitos continuamente capturados por relações que os exaurem, enquadram e fragilizam. O desamparo, longe de ser uma condição excepcional, converte-se em fundamento permanente das experiências individuais, definindo modos de vida marcados pela perda de amparo institucional, pelo desgaste emocional e pela exposição contínua a exigências que ultrapassam as capacidades concretas dos indivíduos.

Considerando esse conjunto de elementos, o presente artigo discute como o período pós-pandemia evidenciou mecanismos de exaustão e desvalorização do magistério, articulando dados do Censo Escolar, da OCDE e da UNESCO, bem como estudos qualitativos sobre as condições de trabalho e os processos de adoecimento. Busca-se argumentar que a crise da educação não é apenas pedagógica: é também uma crise de cuidado, reconhecimento e sustentação material da profissão docente.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, com suporte em dados quantitativos, fundamentando-se na perspectiva exploratória e interpretativa, conforme preconizam os estudos de Severino (2007) e Demo (2000). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições à realidade do adoecimento e da desvalorização docente, especialmente no contexto pós-pandêmico.

Simultaneamente, utiliza-se o suporte de dados estatísticos como estratégia de fortalecimento empírico da análise, ancorando-se em fontes confiáveis e de ampla cobertura, a fim de garantir robustez descritiva. Dessa forma, opta-se por uma triangulação metodológica entre análise documental, estatística descritiva e revisão de literatura especializada.

Os dados primários foram coletados a partir dos seguintes documentos institucionais: o Censo Escolar, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); os relatórios internacionais TALIS (Teaching and Learning International Survey) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e o relatório *Global Education Monitoring Report*, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O procedimento metodológico consistiu na seleção e sistematização de indicadores educacionais e laborais relacionados ao bem-estar docente. Entre os principais, destacam-se: carga horária de trabalho semanal, percepção de estresse ocupacional, vínculos empregatícios, afastamentos por saúde mental, e intenção declarada de abandono da carreira. Esses indicadores foram analisados em termos descritivos, permitindo observar tendências, recorrências e correlações entre as variáveis.

A abordagem documental pautou-se pela leitura crítica e analítica dos relatórios e bases de dados disponíveis, priorizando o cruzamento entre evidências quantitativas e interpretações teóricas. Essa escolha está alinhada com a concepção de que os documentos públicos são expressões materiais de processos sociais complexos (GIL, 2008), especialmente quando analisados em articulação com os discursos acadêmicos e institucionais sobre saúde mental, trabalho e educação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SAÚDE MENTAL E ADOECIMENTO DOCENTE

O exercício da docência, sobretudo após a pandemia da COVID-19, expôs de forma aguda os limites físicos e emocionais enfrentados pelos professores. Estudos apontam que a sobrecarga, a solidão e a ausência de acolhimento institucional agravaram quadros de ansiedade, depressão e *burnout*¹, afetando diretamente a qualidade do ensino (NÓVOA; ALVIM, 2021).

De acordo com o relatório nacional do TALIS 2024, 65,2% dos professores brasileiros do ensino fundamental II relataram sentir-se estressados devido às exigências do trabalho. Essa taxa está acima da média dos países da OCDE, indicando um padrão de esgotamento preocupante (BRASIL, 2024).

A intensificação do trabalho docente, aliada à urgência de adaptação a novos formatos de ensino remoto, exigiu habilidades para as quais muitos professores não estavam preparados. Como resultado, houve um aumento significativo de afastamentos por transtornos emocionais, especialmente nos anos de 2021 e 2022.

A sobrecarga de trabalho aparece como um fator central de estresse e insatisfação profissional, sendo citada por quase dois terços dos docentes. Essa condição afeta diretamente sua motivação, sua saúde mental e, consequentemente, a qualidade da prática pedagógica (BRASIL, 2024, p. 41).

¹ De acordo com RAMOS et al. (2023), a Síndrome de Burnout é entendida, neste contexto, como uma condição de saúde ligada à atividade profissional, marcada por esgotamento, exaustão emocional, estresse crônico e desumanização. Diferencia-se de outras condições, como depressão, por estar exclusivamente relacionada ao estresse de origem ocupacional, manifestando-se por meio de três dimensões centrais: exaustão emocional, despersonalização das atividades e relações e redução da realização pessoal no trabalho.

Oliveira (2021) reforça que a precarização das relações de trabalho e a pressão por resultados impõem um ritmo de produtividade desumano, gerando sintomas de adoecimento emocional e psíquico que repercutem no abandono da carreira por parte de muitos profissionais.

O relatório da UNICEF, UNESCO e Banco Mundial (2021) enfatiza a importância de cuidar da saúde mental dos docentes como condição fundamental para a recuperação da aprendizagem após a pandemia. Sem apoio adequado, os professores não conseguem sustentar práticas pedagógicas significativas.

O sucesso da recuperação da aprendizagem dependerá em grande parte dos professores. São eles que estão se reconectando com os alunos e reconstruindo os caminhos da aprendizagem. Mas esses professores precisam do nosso apoio. Precisamos agir agora para apoiar sua saúde mental e fornecer os recursos profissionais de que precisam. (UNICEF et al., 2021, p. 6).

Nóvoa e Alvim (2021) chamam atenção para a solidão enfrentada pelos professores no ensino remoto. Sem planejamento prévio ou apoio efetivo, muitos profissionais sentiram-se desamparados frente à avalanche de demandas tecnológicas e pedagógicas.

A pandemia revelou a fragilidade das condições de trabalho dos professores, evidenciando como estavam isolados em suas casas, à frente de telas, tendo que reinventar a escola sem apoio institucional. Este cenário gerou sentimentos de frustração, solidão e impotência, impactando diretamente a saúde emocional dos docentes (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 5).

Além da pandemia, fatores como o acúmulo de funções, a pressão por resultados em avaliações externas e a indisciplina escolar contribuem para o quadro de desgaste psíquico. Segundo Oliveira (2021), o trabalho docente tornou-se um espaço de sofrimento ético-político, muitas vezes invisível.

A OCDE (2024) destaca que a saúde mental docente é um dos principais fatores de evasão da carreira. Programas de apoio emocional e ambientes escolares colaborativos são apontados como estratégias eficazes para reduzir o esgotamento e preservar a permanência dos professores.

Os professores relatam que o estresse relacionado ao trabalho é uma das principais ameaças à sua longevidade profissional. Sem mecanismos de apoio adequados, muitos educadores consideram abandonar suas carreiras precocemente, o que compromete os sistemas educacionais globalmente (OCDE, 2024, p. 12).

3.2 DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

A desvalorização profissional é um fator estrutural do adoecimento docente. Ela se manifesta por meio de salários defasados, instabilidade nos contratos, ausência de formação continuada e perda

de prestígio social. Tais fatores desmotivam o exercício da profissão e afetam a autoestima dos docentes.

Segundo o TALIS (2024), 23,7% dos professores brasileiros consideram deixar a profissão nos próximos cinco anos. A principal razão está na percepção de desvalorização e esgotamento emocional, apontados por quase um quarto dos entrevistados (BRASIL, 2024).

Generali (2022) aponta que a plataformização do ensino, intensificada na pandemia, aprofundou o sentimento de precarização. A ausência de suporte técnico e pedagógico gerou sobrecarga e ampliação das desigualdades educacionais, especialmente em regiões mais vulneráveis.

A migração das atividades escolares para o digital desvelou e aprofundou as desigualdades. Os professores passaram a exercer múltiplas funções sem apoio técnico, o que contribuiu para o esvaziamento de sua autoridade pedagógica e o aumento da exaustão emocional (GENERALI, 2022, p. 48).

Oliveira (2021) também ressalta que os docentes brasileiros enfrentam o desafio de justificar sua função social em um cenário de deslegitimação do papel do professor. Tal quadro cria uma lógica de culpabilização individual, ignorando os condicionantes estruturais do sistema educacional.

Kegler, Luz e Pozobon (2021) analisam que a inserção das tecnologias de comunicação em ambientes escolares ocorreu de forma não planejada. Isso acentuou a precariedade das condições de trabalho e acentuou a desvalorização simbólica da docência como atividade intelectual.

No plano internacional, a OCDE (2024) recomenda políticas de valorização docente baseadas na confiança profissional, na autonomia pedagógica e na remuneração compatível com as responsabilidades assumidas. Essa abordagem é essencial para o fortalecimento da identidade docente.

O relatório TALIS (2024) destaca ainda que professores que se sentem apoiados pelas lideranças escolares e que participam ativamente da tomada de decisões tendem a permanecer na profissão por mais tempo e com maior satisfação. Para Novea (2021), a valorização docente passa pela reconstrução do contrato social entre a escola e a sociedade. O autor propõe um novo olhar sobre o trabalho do professor, reconhecendo-o como agente transformador, e não como executor de políticas descoladas da realidade escolar.

A baixa atratividade da carreira docente no Brasil está diretamente relacionada à percepção de que o professor não é respeitado socialmente. Esse fator tem contribuído para a redução no ingresso em cursos de licenciatura e para o envelhecimento da força de trabalho docente. Assim, a superação da desvalorização exige políticas públicas robustas, que combinem formação inicial e continuada, melhoria salarial e condições dignas de trabalho. Somente com o reconhecimento do papel essencial dos professores será possível enfrentar os desafios educacionais contemporâneos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 SINAIS DE EXAUSTÃO DOCENTE NO PÓS-PANDEMIA

O cenário educacional brasileiro pós-pandemia é marcado por um aumento expressivo da carga de trabalho docente. A transição forçada para o ensino remoto e, posteriormente, para modelos híbridos exigiu adaptações pedagógicas e tecnológicas em ritmo acelerado, sem o devido suporte institucional (OLIVEIRA, 2021).

Segundo o relatório nacional TALIS 2024, 65,2% dos docentes brasileiros relataram níveis elevados de estresse no trabalho. A pressão por resultados, combinada com a falta de autonomia e o excesso de tarefas, contribui diretamente para o desgaste emocional e o comprometimento da saúde mental (BRASIL, 2024). A intensificação das atividades extraclasse, como planejamento, correção e atendimento on-line, tornou a jornada de trabalho mais extensa e fragmentada. Estima-se que milhares de professores brasileiros dediquem, semanalmente, mais de 10 horas além de sua carga horária contratual às atividades não presenciais.

A sobrecarga de trabalho aparece como um fator central de estresse e insatisfação profissional, sendo citada por quase dois terços dos docentes. Essa condição afeta diretamente sua motivação, sua saúde mental e, consequentemente, a qualidade da prática pedagógica (BRASIL, 2024, p. 41).

Esses dados são corroborados por levantamentos da Nova Escola (2022), que indicam que 21,5% dos professores avaliam sua saúde mental como “ruim” ou “muito ruim”. Os principais sintomas relatados foram ansiedade (60%), exaustão (48%) e insônia (41%). Além disso, a necessidade de atender múltiplas turmas em diferentes escolas e redes levou cerca de 460 mil docentes a trabalharem em duas ou mais instituições de ensino, ampliando o nível de fadiga física e cognitiva (INEP, 2023). A exaustão docente, neste sentido, não é apenas física, mas também afetiva e simbólica. Os professores relatam perda de sentido no trabalho, falta de escuta institucional e isolamento, fatores que impactam negativamente seu equilíbrio psíquico (SAFATLE, 2016).

4.2 A DESVALORIZAÇÃO COMO FATOR ESTRUTURAL DO ADOECIMENTO

A desvalorização docente não é um fenômeno recente, mas tornou-se mais evidente e intensa após a pandemia. Ela se expressa por meio da estagnação salarial, instabilidade contratual, ausência de reconhecimento social e condições inadequadas de trabalho. Dados do Censo Escolar apontam que 51,6% dos professores da rede estadual atuam sob contratos temporários, enquanto nas redes municipais esse percentual gira em torno de 35% (INEP, 2023). Essa precarização compromete o vínculo dos professores com o processo pedagógico.

O aumento dos contratos temporários no magistério brasileiro revela um processo de desestruturação da carreira docente, com impactos diretos sobre a motivação, a continuidade do trabalho e a construção da identidade profissional (OLIVEIRA, 2021). Essa instabilidade também afeta a formação continuada, já que muitos professores temporários não têm acesso a programas de capacitação oferecidos pelas redes. A ausência de perspectivas de progressão na carreira desestimula o aprimoramento profissional.

No plano internacional, os dados da OCDE (2024) revelam que os salários dos professores brasileiros estão entre os mais baixos do bloco. Em termos proporcionais, um docente brasileiro do ensino fundamental recebe apenas 56% do que ganha um trabalhador com formação similar em outros setores. Além da remuneração defasada, há uma percepção social negativa da profissão. Segundo o relatório da UNESCO (2021), apenas 29% dos professores no Brasil sentem-se reconhecidos por seu trabalho, número inferior à média dos países da América Latina.

Apesar do papel central dos docentes na reconstrução das aprendizagens após a pandemia, muitos continuam invisibilizados socialmente e sem o reconhecimento institucional que merecem. A desvalorização simbólica agrava as dificuldades materiais enfrentadas no cotidiano escolar (UNESCO, 2021, p. 6).

O acúmulo dessas condições gera uma espiral de desmotivação, na qual os professores se sentem sobrecarregados, desamparados e sem perspectiva de futuro na carreira. Esse quadro contribui para o aumento dos índices de afastamento e abandono profissional.

4.3 AFASTAMENTOS, ABANDONO E INTENÇÃO DE DEIXAR A PROFISSÃO

O impacto da desvalorização e da exaustão sobre os vínculos dos docentes com a profissão se reflete no crescimento dos afastamentos por motivos de saúde mental. Em 2023, mais de 150 mil professores da rede pública foram afastados por transtornos como depressão e síndrome de *burnout*.

Esses dados são alarmantes, especialmente quando se considera que grande parte dos afastamentos são prolongados e resultam em readaptações funcionais ou aposentadorias precoces. Esse cenário afeta não apenas os docentes, mas o próprio funcionamento das escolas.

A crise de saúde mental no magistério brasileiro pós-pandemia está na origem de afastamentos prolongados e recorrentes. A ausência de políticas de bem-estar institucional e de escuta ativa agrava a sensação de solidão e sofrimento ético no trabalho docente (CNTE, 2023, p. 9).

O relatório nacional do TALIS 2024 aponta que 23,7% dos professores brasileiros consideram deixar a profissão nos próximos cinco anos. Entre os principais motivos estão o estresse crônico, a sobrecarga de tarefas e a ausência de reconhecimento institucional (BRASIL, 2024).

Essa intenção de abandono não se restringe ao Brasil. A OCDE (2024) revela que, globalmente, 1 em cada 3 professores cogita sair da docência antes da aposentadoria por sentir-se esgotado emocionalmente. A combinação de intensificação do trabalho, vínculos precários e baixa valorização leva os professores a questionarem a viabilidade da permanência na profissão. Em muitos casos, o sofrimento não é apenas individual, mas coletivo e estrutural (SAFATLE, 2016).

Por fim, o conjunto dos dados e análises aponta para uma crise sistêmica no magistério brasileiro, na qual o adoecimento físico e mental está diretamente relacionado à estrutura de funcionamento das redes escolares. A superação desse quadro exige políticas públicas voltadas à valorização integral da docência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados neste artigo evidencia que a crise da saúde mental docente não é um fenômeno episódico ou conjuntural, mas estrutural. O contexto pandêmico acentuou tendências de exaustão emocional, sobrecarga de trabalho, precarização dos vínculos empregatícios e desvalorização simbólica e material da profissão docente no Brasil. O sofrimento psíquico vivenciado por professores e professoras resulta de um modelo organizacional e institucional que negligencia o cuidado com os profissionais da educação.

Constatou-se, com base em fontes como o Censo Escolar (INEP), os relatórios da OCDE e da UNESCO, que milhares de docentes encontram-se afastados por transtornos mentais, enquanto outros tantos revelam intenção de abandonar a profissão nos próximos anos. As altas taxas de vínculos temporários, os baixos salários em comparação a outras carreiras com escolaridade equivalente e a carência de apoio institucional formam um cenário propício ao adoecimento. Nesse sentido, saúde e valorização docente devem ser pensadas como dimensões indissociáveis.

O esgotamento psicológico e físico observado entre os professores é também resultado de um tipo de organização do trabalho que intensifica demandas, multiplica funções e ignora limites humanos. Em vez de constituírem sujeitos do processo educativo, muitos docentes são reduzidos a meros executores de tarefas tecnicistas, sob vigilância e cobrança constantes. Essa lógica gera sofrimento ético-profissional e rompe com os princípios de autonomia e reconhecimento necessários à realização do trabalho pedagógico.

Diante disso, é urgente a formulação de políticas públicas que garantam condições de trabalho dignas, redes de apoio emocional e planos de carreira que valorizem o magistério. Investimentos em saúde ocupacional, ampliação da formação continuada com foco no bem-estar docente e reorganização dos tempos escolares são algumas das medidas prioritárias. Além disso, é fundamental a ampliação do

debate público sobre o papel dos professores na sociedade, buscando reverter o processo de deslegitimação simbólica que afeta a profissão.

Como encaminhamento futuro, propõe-se a realização de estudos longitudinais que analisem o impacto das políticas de valorização docente sobre indicadores de saúde mental, permanência na carreira e desempenho educacional. Também é recomendável aprofundar investigações comparativas entre redes públicas e privadas, bem como entre diferentes regiões do país, a fim de identificar padrões, desigualdades e boas práticas que possam subsidiar políticas educacionais mais equitativas e eficazes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicadores Educacionais da Educação Básica 2020**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/indicadores/indicadores_educacionais_2020.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_educacionais/sinopse_estatistica_da_educacao_basica_2021.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resultados**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CARVALHO, D. S.; SOUSA, F. R.; SANTOS, E. F. **Metodologia científica universitária: 3 tempos**. São Luís: EDUFMA, 2019.
- CEPAL. **La paradoja de la recuperación en América Latina y el Caribe: crecimiento con persistentes problemas estructurales**. Informe especial COVID-19, n. 11, 8 jul. 2021.
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Relatório sobre Saúde Mental dos Professores: Afastamentos em 2023**. Brasília: CNTE, 2023. Disponível em: <https://www.cnte.org.br>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- GENERALI, S. **Plataformização da educação e pandemia no contexto migratório: desconexão e exclusão**. Século XXI, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 36-52, 2022.
- KEGLER, B.; LUZ, A. J. A.; POZOBON, R. O. **Sociedade de plataformas e os desafios para a comunicação pública: o caso OBCOMP**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5653, 2021.
- NOVA ESCOLA. **Pesquisa Nacional sobre Saúde Mental dos Professores**. São Paulo: Fundação Lemann, 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/24743>. Acesso em: 24 out. 2025.
- NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. **Os professores depois da pandemia**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e249236, 2021.
- OECD. **Claves para una enseñanza de alta calidad**. Paris: OECD Publishing, 2025.
- OLIVEIRA, D. A. **Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos?** Retratos da Escola, Brasília, v. 15, n. 33, p. 713-732, 2021.
- RAMOS, Daniela Karine; ANASTÁCIO, Bruna Santana; SILVA, Gleice Assunção da; PIRES, Leila Urioste Rosso. Professores na pandemia: fatores e condições associados à Síndrome de Burnout. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 34, e20210100, 2023. DOI: 10.1590/1980-6248-2021-0100.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/TzVN5KzbW4vqPG5Hq8ksFTL/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

UNICEF; UNESCO; WORLD BANK. **The State of the Global Education Crisis: A Path to Recovery.** Paris: UNESCO; New York: UNICEF; Washington: World Bank, 2021.